

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1472 | 29/04/2019 a 05/05/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



FIM DA VACINA

ÚLTIMA DOSE!

Ministério da Agricultura confirma que campanha de vacinação contra febre aftosa de maio será a última, o que deixa o Paraná ainda mais próximo do reconhecimento internacional

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Uma das notícias mais aguardadas pelo agronegócio paranaense dos últimos 30 anos finalmente aconteceu. O Ministério da Agricultura confirmou que a campanha de vacinação contra febre aftosa de maio será a última no Estado. Ou seja, mais uma importante etapa será cumprida no caminho para o Paraná solicitar o reconhecimento de área livre da doença sem vacinação junto à Organização Mundial da Saúde Animal.

Ainda faltam alguns ajustes, sendo que todos estão em processo de implantação. Agora é questão de tempo, mesmo que algumas entidades do setor não queiram, para o Paraná obter o *status*, que deve acontecer em 2021. Posteriormente a isso, os ganhos ao agronegócio paranaense serão inúmeros, imediatos e recompensadores. Para citar alguns, as proteínas (bovina, aves, suínos e peixes) poderão acessar novos mercados, compradores que pagam mais pela carne de qualidade, além de elevar as quantidades exportadas.

Mas vale lembrar que o coroamento deste trabalho exigiu um longo e árduo trabalho dos setores público e privado do Estado. Aqui vale o destaque para o Sistema FAEP/SENAR-PR que há décadas impunha essa bandeira. A trajetória exigiu muito esforço, principalmente diante de críticas, muitas vezes injustas. Mas a recompensa é saber que os pecuaristas paranaenses terão suas carnes de qualidade servidas em mais países, com remuneração justa pelo trabalho competente dentro da porteira.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - Fecomércio e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1472:

Fernando Santos, William Goldbach, IAPAR, Marli Vieira / Sistema Ocepar, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



FEBRE AFTOSA

Mapa confirma retirada da vacinação contra a doença no Paraná. Campanha de maio será a última no Estado

PÁG. 4

ECOSSISTEMA DE STARTUPS

Maringá se torna polo de empresas de tecnologia, muitas dedicadas a desenvolver soluções para o agronegócio

Pág. 14

MEIO AMBIENTE

Óleo lubrificante deve ser descartado corretamente, sob pena de multa. Veja como dar a destinação certa

Pág. 20

eSOCIAL

Cronograma de implantação do sistema de registro exige uma série de adequações do produtor rural

Pág. 21

INCENTIVO À IRRIGAÇÃO

Região Noroeste do Paraná irá receber programa que contempla redução do ICMS de materiais e equipamentos

Pág. 22

ESTRIA DO MILHO

Doença causada por bactérias já é encontrada na região Oeste do Paraná e coloca produtores rurais em alerta

Pág. 24

Receita Federal regula prestação de informações sobre Valor da Terra Nua

Dados servem como base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural



No dia 15 de março, a Receita Federal publicou uma normativa alterando as regras para o cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). A IN 1877 modifica a forma de prestação de informações sobre Valor da Terra Nua (VTN) à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), que serve como base de cálculo para o pagamento do imposto.

A nova medida deixa claro que os municípios que aderiram à municipalização do ITR deverão promover o cálculo do VTN a partir do “valor do solo com sua superfície e a respectiva mata, floresta e pastagem nativa ou qualquer outra forma de vegetação natural, excluídos os valores de mercado relativos a construções, instalações e benfeitorias, culturas permanentes e temporárias, pastagens cultivadas e melhoradas e florestas plantadas”. Considerando sempre três requisitos: localização, dimensão do imóvel e aptidão agrícola. Esta aptidão pode ser classificada como “boa, regular, restrita, pastagem plantada, silvicultura ou pastagem natural e preservação de fauna ou flora”. Os municípios têm até o dia 28 de junho de 2019 para informar à RFB e aos proprietários de imóveis o VTN aferido em sua extensão territorial.

Uma das inovações da IN é que estas informações serão obtidas por meio de levantamento técnico de profissionais habilitados, vinculados ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e aos correspondentes Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Crea). Este profissional se responsabilizará tecnicamente pelo trabalho, devendo recolher a respectiva taxa de anotação de responsabilidade técnica para o conselho profissional, ou seja, o levantamento dos valores passa a exigir rigoroso caráter técnico.

Até então os valores eram aferidos em pesquisas de intenção de venda, ofertas ou opiniões, critérios que favoreciam a especulação imobiliária. Por vezes, estes valores se distanciam do valor real da terra nua, refletindo em imposto maior a ser pago pelo produtor rural.

O Art. 8º da IN prevê a possibilidade de utilizar para a base de cálculo do VTN parâmetros da Seab/Deral. Porém é dever do município fazer a adequação, mediante justificativa técnica, entre as aptidões levantadas pela Seab/Deral e aquelas indicadas na própria IN 1877/19.



Autoridades dos Estados que integram o Bloco V do PNEFA estiveram reunidos com representantes do governo federal

Mapa confirma retirada da vacina no Paraná

Campanha de maio será a última no Estado, que poderá obter o reconhecimento de área livre da doença sem vacinação pela OIE em 2021

Por Antonio C. Senkovski e Carlos Guimarães Filho

A última barreira para o Paraná ser reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação caiu. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) aprovou a antecipação da retirada da vacina contra febre aftosa. Ou seja, a campanha que começa no próximo dia 1º de maio será a última no Estado. A confirmação aconteceu em reunião realizada nos dias 24 e 25 de abril, em Curitiba, com representantes do órgão federal e diversas entidades do setor agropecuário do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, que integram o Bloco V do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA).

“Essa era praticamente a última etapa para o Paraná dar continuidade ao processo para obter o *status* de zona livre de febre aftosa. Nossos pecuaristas precisam realizar essa vacinação [de maio] corretamente para podermos, de forma definitiva, caminhar com as etapas que, futuramente, irão permitir ao Estado acessar mercados que pagam mais pela

qualidade”, destaca o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette. “Foram décadas de trabalho até chegarmos ao estágio atual, que comprova que estávamos certos em colocar esforços nesta luta, que trará inúmeros benefícios aos produtores paranaenses de todas as proteínas”, complementou.

Inicialmente, de acordo com o calendário do PNEFA, a última etapa de imunização do rebanho bovino e bubalino do Bloco V, o qual o Paraná integra, seria apenas em maio de 2020. Porém, como o Estado comprovou que seu serviço de defesa agropecuária está estruturado e robusto e que as etapas do cronograma estão sendo cumpridas, o Mapa aprovou a antecipação da retirada da vacina. Desta forma, o Paraná poderá solicitar o *status* de livre de febre aftosa sem vacinação junto à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) em setembro de 2020, com o reconhecimento realizado na Assembleia Geral de maio de 2021.

Contagem regressiva

Falta pouco para o Paraná atingir o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. Veja quais foram as etapas já cumpridas e quais ainda faltam neste processo:

2018

Auditorias
Mapa:
Serviço
Veterinário e
implantação
do PNEFA

2019

Abril: Mapa
confirma
antecipação
da retirada
da vacina no
Paraná

2019

Maior: Última
campanha
de vacinação
contra febre
aftosa.
Comunicado
à OIE
informando
que a partir
desta data, o
Paraná não
vacinará mais
seu rebanho

2019

Setembro:
Mapa publica
Instrução
Normativa
que proíbe
ingresso
de animais
vacinados no
Paraná

2020

Agosto: Mapa
confirma a
não circulação
viral no Estado

2020

Setembro:
Mapa
formaliza o
pedido junto
à OIE

2021

Maior:
Assembleia
Geral da OIE,
em Paris,
reconhece o
novo *status*
sanitário do
Paraná

“Na reunião comandada pelo Mapa houve um consenso de que a vacinação de maio seja a última no Paraná. De uma forma unânime, os serviços de defesa dos cinco Estados do Bloco V apoiaram o pleito da retirada da vacinação, o que demandará maior rigor no sistema de vigilância sanitária. É o coroamento de um trabalho de muitos anos, que exigiu investimentos milionários com grande proatividade do Sistema FAEP/SENAR-PR e que aumenta nossa responsabilidade na condução da excelência de sanidade no Estado”, destaca o diretor-executivo do Fundepic, Ronei Volpi.

O diretor do departamento de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, Antonio Carlos de Quadros Ferreira Neto, avalia que o Paraná está à frente em aspectos estruturais do sistema de vigilância agropecuária, mas que isso é um ponto positivo para a relação entre os Estados. “A gente entende que o Paraná está um passo adiante, mas também vamos buscar essa mesma situação, porque o Rio Grande do Sul já se sente em uma situação desprivilegiada em questão logística para atender a mercados consumidores do centro do país. Nosso pleito maior é a equiparação ao Paraná, para que consigamos caminhar juntos. De forma nenhuma o Rio Grande do Sul é contrário aos paranaenses, a gente tem buscado no Paraná um exemplo”, enfatiza.

Auditorias

Em 2018, o Mapa realizou auditorias necessárias para que seja encaminhado o pedido do Paraná à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). O resultado das duas auditorias foi excelente. O serviço de defesa agropecuária do Paraná foi o mais bem avaliado do Brasil, melhor até do que Santa Catarina, único Estado brasileiro reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação.

“O Paraná demonstrou que está avançando de uma forma mais ágil que os outros [Estados]”

Geraldo Moraes, diretor do Mapa

O Paraná superou a pontuação da auditoria do Mapa em 48% dos quesitos e alcançou a pontuação necessária em 35%. Apenas 16% dos itens analisados ficaram abaixo da pontuação, o que gerou um plano de ação com nove itens, dos quais sete estão em implantação pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e os outros dois em processo de finalização (contratação de fiscais para garantir o funcionamento pleno das barreiras sanitárias e a construção do posto de fiscalização sanitária em Campina Grande do Sul – em fase final de aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

“O Paraná está no caminho correto, faltam apenas pequenos ajustes, que ficou acordado que serão feitos até o mês de setembro. São ações faltantes pontuais e já em andamento. O Estado demonstrou que está avançando de uma forma mais ágil que os outros”, apontou Geraldo Marcos de Moraes, diretor do departamento de saúde animal do Mapa. “Dentro das regras do reconhecimento internacional, temos que provar 12 meses sem vacinação e sem circulação viral no Estado. A úl-



2021

é quando deve ocorrer o reconhecimento do Paraná na Assembleia Geral da OIE

tima vacinação ocorre em maio. Também é preciso 12 meses sem a entrada de animais vacinados. Acreditamos que isso será concretizado em setembro, pois faltam alguns ajustes em relação a postos fixos de fiscalização, em implantação. Ou seja, em setembro de 2020 será possível enviar o relatório para a OIE. Com o parecer favorável de um grupo ad hoc [destinado para isso], vai para uma comissão científica dentro da OIE para então sair o reconhecimento, que deve ser oficializado em maio de 2021, na Assembleia Mundial”, explica.

Para o presidente executivo da Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA), Decio Coutinho, esse passo do Paraná é importante não só para o Estado, mas também para a própria continuidade do PNEFA a nível nacional. “O Estado cumpriu todas as etapas do que ele precisava resolver para antecipar o processo de retirada de vacinação contra febre aftosa e fez isso de forma bastante competente”, avalia. “Esse reconhecimento serve com uma belíssima vitrine, demonstra a determinação da área pública e privada da pecuária paranaense. Para o Estado é o recebimento de um troféu, e para o PNEFA eu vejo como um passo fundamental para sua própria continuidade”, acrescenta. “É uma conquista importante, principalmente para a proteína animal, vai dar um novo estímulo ao agronegócio paranaense, pois sanidade animal não é um item da Adapar, mas de toda a cadeia produtiva”, complementa o diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Otamir Cesar Martins.

Novos mercados

A suspensão da vacina contra a febre aftosa no Paraná tem inúmeros desdobramentos positivos para o agronegócio estadual, principalmente para as cadeias de proteína animal. A prova é Santa Catarina, que com o *status* de área livre de aftosa sem vacinação, consegue acessar mercados que pagam mais pela carne, como a Coreia do Sul. Em 2017, por exemplo, a tonelada do frango paranaense foi exportada por US\$ 1.595,65, em média, enquanto que a tonelada da ave de Santa Catarina foi comercializada em média por US\$ 1.867,98, valor cerca de 17% superior.

Elias Zydek, diretor-executivo da cooperativa Frimesa, classifica a conquista do Paraná como histórica. “O que ganhamos com esse avanço é imensurável, passamos a outro momento histórico. Para nós, das cadeias produtivas pecuárias, significa

sentar na mesa de negociação internacional em outro patamar. Aquelas barreiras que nós tínhamos, vão cair”, comemora. “Isso significa em números, na cadeia de suínos, por exemplo, uma conquista de 65% do mercado ao qual não tínhamos acesso, e que a partir do momento que sair o certificado da OIE nós vamos começar a vender”, prevê.

Ainda, de acordo com estudo da Adapar, o novo *status* sanitário permitiria ao Paraná dobrar as exportações de carne suína, das atuais 107 mil toneladas para 200 mil toneladas por ano. Este cenário é previsto se o Paraná conquistar apenas 2% do mercado potencial, liderado por Japão, México e Coreia do Sul, que pagam mais pelo produto com reconhecida qualidade sanitária, e representam 64% do comércio mundial de carne suína. Com o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação, o Paraná poderia exportar, sem restrições, para esses países que compram cerca de 5 milhões de toneladas de carne suína por ano, o equivalente a seis vezes as exportações atuais.

O diretor da Frimesa prevê que nos anos seguintes ao novo *status* será possível acessar um mercado que representa em torno de 3 milhões de toneladas de carne suína anualmente. “Hoje, o Brasil exporta 600 mil toneladas por ano. Imagina o que é isso, poder entrar nesse mercado. É a nova redenção da suinocultura do Estado do Paraná. Sem contar que vamos poder acessar os mercados que pagam melhor, nos quais hoje o Paraná está fora. Nós vendemos para os mercados periféricos da Ásia, como Hong Kong e Singapura, mas ainda não vendemos para o Japão, que paga 20% a mais”, diz.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - FUNDEPEC/PR
CNPJ 01.495.847/0001-57

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em reais

| ATIVO | Nota Explic. | 2018 | 2017 | 2016 | PASSIVO | Nota Explic. | 2018 | 2017 | 2016 |
|-------------------------------|--------------|----------------------|----------------------|----------------------|---|--------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Circulante | | 76.858.582,26 | 73.040.584,82 | 67.142.298,26 | Circulante | | 1.129.553,96 | 765.446,43 | 29.168,56 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 3.973,08 | 750.404,71 | 286,49 | Obrigações Fiscais | 6 | 14.335,62 | 15.340,93 | 29.168,56 |
| Aplicações Financeiras | 4 | 76.601.428,45 | 72.290.180,11 | 67.142.011,77 | Obrigações com Terceiros | | 0,00 | 200,00 | 0,00 |
| Adiantamentos | 5 | 253.180,73 | 0,00 | 0,00 | Termo de Cooperação | 7 | 1.115.218,34 | 749.905,50 | 0,00 |
| Não Circulante | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Patrimônio Líquido | | 75.729.028,30 | 72.275.138,39 | 67.113.129,70 |
| Realizável a Longo Prazo | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Patrimônio Social | 10 | 72.275.138,39 | 67.113.129,70 | 60.721.066,08 |
| Imobilizado | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | Superávit do Exercício | 10 | 3.453.889,91 | 5.162.008,69 | 6.392.063,62 |
| TOTAL DO ATIVO | | 76.858.582,26 | 73.040.584,82 | 67.142.298,26 | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 76.858.582,26 | 73.040.584,82 | 67.142.298,26 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em reais

| | Nota Explic. | 2018 | 2017 | 2016 |
|--|--------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS | | | | |
| Receitas Financeiras | 8 | 4.357.607,89 | 6.489.853,42 | 8.204.555,66 |
| Total das Receitas | | 4.357.607,89 | 6.489.853,42 | 8.204.555,66 |
| DESPESAS | | | | |
| Despesas Financeiras | | 11,70 | 115,50 | 32,15 |
| Despesas Tributárias | 8 | 893.068,28 | 1.327.729,23 | 1.812.459,89 |
| Despesas com Indenizações a Produtores | 9 | 10.638,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total das Despesas | | 903.717,98 | 1.327.844,73 | 1.812.492,04 |
| SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO | | 3.453.889,91 | 5.162.008,69 | 6.392.063,62 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em reais

| | 2018 | 2017 | 2016 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| Superávit do exercício | 3.453.889,91 | 5.162.008,69 | 6.392.063,62 |
| Outros resultados abrangentes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total dos resultados abrangentes | 3.453.889,91 | 5.162.008,69 | 6.392.063,62 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em reais

| | Patrimônio Social | Superávit do Exercício | Total Patrimônio Líquido |
|--|----------------------|------------------------|--------------------------|
| Em 31 de Dezembro de 2015 | 54.737.064,91 | 5.984.001,17 | 60.721.066,08 |
| Absorção do Superávit pelo Patrimônio Social | 5.984.001,17 | (5.984.001,17) | 0,00 |
| Superávit do Exercício | | 6.392.063,62 | 6.392.063,62 |
| Em 31 de Dezembro de 2016 | 60.721.066,08 | 6.392.063,62 | 67.113.129,70 |
| Absorção do Superávit pelo Patrimônio Social | 6.392.063,62 | (6.392.063,62) | 0,00 |
| Superávit do Exercício | | 5.162.008,69 | 5.162.008,69 |
| Em 31 de Dezembro de 2017 | 67.113.129,70 | 5.162.008,69 | 72.275.138,39 |
| Absorção do Superávit pelo Patrimônio Social | 5.162.008,69 | (5.162.008,69) | 0,00 |
| Superávit do Exercício | | 3.453.889,91 | 3.453.889,91 |
| Em 31 de Dezembro de 2018 | 72.275.138,39 | 3.453.889,91 | 75.729.028,30 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em reais

| | 2018 | 2017 | 2016 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| Atividades Operacionais | | | |
| Superávit do Exercício | 3.453.889,91 | 5.162.008,69 | 6.392.063,62 |
| Variações nos Ativos e Passivos | | | |
| Aumento em Adiantamentos | (253.180,73) | 0,00 | 0,00 |
| Redução/Aumento em Obrigações Fiscais | (1.005,31) | (13.827,63) | 29.168,56 |
| Redução/Aumento em Obrigações com Terceiros | (200,00) | 200,00 | 0,00 |
| Aumento Termo de Cooperação | 365.312,84 | 749.905,50 | 0,00 |
| Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais | 3.564.816,71 | 5.898.286,56 | 6.421.232,18 |
| Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa | 3.564.816,71 | 5.898.286,56 | 6.421.232,18 |
| Saldo de Caixa e equivalente de caixa no início do período | 73.040.584,82 | 67.142.298,26 | 60.721.066,08 |
| Saldo de Caixa e equivalente de caixa no final do período | 76.605.401,53 | 73.040.584,82 | 67.142.298,26 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná - FUNDEPEC-PR, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território paranaense é uma sociedade sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, constituída por entidades, órgãos de classe e instituições ligadas à agropecuária e a agroindústria.

O FUNDEPEC-PR está escriturado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba/PR, sob o número 7.233, do livro A número 4, em 15 de março de 1996.

O FUNDEPEC-PR tem por finalidade atender as necessidades da agropecuária e agroindústria paranaense, visando estudar e coordenar assuntos de interesse dos setores, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito da propriedade, na economia de mercado e nos interesses do país. Seus objetivos estão descritos no artigo 4º de seu estatuto.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores. Pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, além das normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC aplicáveis e Entidades sem Fins Lucrativos, ITIC 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros. As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) **Base para preparação**
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Representa saldo bancário mantido em instituições financeiras no país, com funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

c) **Aplicações financeiras**
As aplicações financeiras são demonstradas pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do fechamento do balanço, e líquido de imposto de renda retido na fonte.

d) **Tributação**
O FUNDEPEC-PR, considerado entidade sem fins lucrativos, sem caráter empresarial, pela legislação tributária brasileira, goza de isenção de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais tributos federais sobre o superávit apurado, com base no art. 15º da Lei 9.532/97 e art. 184º do RIR/18.

O FUNDEPEC-PR, pessoa jurídica submetida ao regime de apuração não-cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, recolhe mensalmente o percentual de 4% sobre sua receita com aplicações financeiras, atendendo ao disposto no artigo 1º do Decreto Nº 8428/2015.

e) **Obrigações Fiscais**
Representa a provisão para recolhimento de tributos retidos na fonte, sobre a contratação de terceiros e sobre o rendimento de aplicações financeiras auferido em dezembro de 2018.

f) **Termo de Cooperação**
Representa o saldo do termo de cooperação do fundo de apoio a estruturação da defesa sanitária firmado entre o FUNDEPEC-PR e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, constituído em novembro de 2017. O Fundo de apoio foi criado conforme decisão em reunião do Conselho Deliberativo do FUNDEPEC-PR em 23/10/17 e prevê o recebimento de doações voluntárias do setor privado para investimento na estruturação da defesa sanitária do estado do Paraná.

g) **Apuração do superávit do exercício**
O procedimento adotado pelo FUNDEPEC-PR para a apuração do Superávit do exercício social é o regime de competência.

h) **Demonstração dos fluxos de caixa**
As demonstrações de fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação

2018

2017

2016

BS - RF Ref. C/00 mil

RS 42.974.751,03

RS 41.082.314,88

RS 38.214.326,79

BB - RF Cop Corp 10MM

RS 22.126.250,34

RS 21.084.286,04

RS 19.569.771,86

CEF - Caixa FIC Sigma Ref DI

RS 10.641.484,68

RS 10.123.079,19

RS 9.358.153,12

BB - Conta Poupança

RS 858.942,40

RS 0,00

RS 0,00

Total

RS 76.601.428,45

RS 72.290.180,11

RS 67.142.011,77

5. ADIANTAMENTOS

Referem-se à antecipação de valores para a construção de postos de fiscalização de trânsito agropecuário nos seguintes municípios:

Município

Valor Adiantamento

Previsão para Conclusão da obra

Ribeirão Claro/PR

RS 57.180,73

Janeiro de 2019

Campina Grande do Sul/PR

RS 196.000,00

Julho de 2019

Total

RS 253.180,73

6. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais a recolher, na data do fechamento do balanço, estão assim distribuídas:

Tributo

Valor a recolher

Cofins sobre rendimentos de aplicações financeiras

RS 13.773,70

INSS a recolher sobre contratação de terceiro

RS 415,91

Imposto de Renda retido na fonte

RS 78,93

Imposto Sobre Serviço retido na fonte

RS 67,08

Total

RS 14.335,62

7. TERMO DE COOPERAÇÃO

Representa o saldo do termo de cooperação do fundo de apoio a estruturação da defesa sanitária firmado entre o FUNDEPEC-PR e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR em novembro de 2017.

2018

2017

Total de doações voluntárias recebidas

RS 515.535,00

RS 750.000,00

Rendimento de conta poupança

RS 44.943,80

RS 0,00

Custo para construção de postos de fiscalização de trânsito agropecuário nos municípios de Santa Mariana, Ribeirão Claro e Campina Grande do Sul

(RS 187.870,16)

RS 0,00

Custo de emissão de boletins bancários para recebimento das doações voluntárias recebidas

(RS 505,40)

(RS 94,50)

Demais custos para administração do Termo de Cooperação

(RS 6.790,40)

RS 0,00

Saldo em 31/12

RS 1.115.218,34

RS 749.905,50

8. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As receitas e encargos provenientes de rendimentos de aplicações financeiras estão assim discriminados:

2018

2017

2016

Rendimento Bruto

RS 4.357.607,89

RS 6.489.853,42

RS 8.204.555,66

Imposto de Renda sobre Rendimentos

RS 718.763,95

RS 1.327.729,23

RS 1.812.459,89

COFINS sobre Rendimentos

RS 174.304,33

RS 259.594,15

RS 348.430,92

Rendimento Líquido

RS 3.453.889,91

RS 5.162.124,19

RS 6.392.095,77

9. INDENIZAÇÕES A PRODUTORES

Em 2018 foi indenizado um produtor decorrente de sacrifício sanitário de 137 suínos acometidos pela doença de Aujeszky, em concordância com o art. 3º do Decreto nº 12.274/2014.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o patrimônio líquido do FUNDEPEC-PR no final dos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2018, considerada a transferência do superávit do exercício para o Patrimônio Social, o saldo desta conta é de RS 75.729.028,30 (RS 72.275.138,39 em 2017 e RS 67.113.129,70 em 2016).

11. CONTINGÊNCIA E EVENTOS FUTUROS:

Em 31 de dezembro de 2018, e até a data de fechamentos deste relatório, não havia operações, contingências e eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos ou quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis futuras.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora CO-CRC nº PR 045.388/O-9

Fóruns debatem aspectos técnicos da retirada da vacinação contra aftosa

Com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, encontros acontecerão durante o mês de maio em seis municípios do Paraná

As discussões em torno do futuro *status* do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação vêm causando movimentação entre os pecuaristas do Estado. Com a retirada da vacina [a última campanha de vacinação ocorre em maio], o Paraná avança mais uma etapa em direção a este reconhecimento. Porém, questionamentos também começam a surgir entre os produtores sobre como proceder a partir de agora.

Com o objetivo de elucidar as dúvidas e trazer esclarecimentos para o setor, o governo estadual, com o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, irá promover fóruns regionais para mobilizar quanto aos aspectos relacionados aos próximos passos do Plano Estratégico 2017/26 previsto no Programa Nacional de Febre Aftosa (PNEFA).

“Os fóruns são fundamentais para prestar esclarecimentos ao setor produtivo sobre os aspectos técnicos da retirada da vacina e como o fluxo da movimentação interestadual de bovinos será afetado. Ainda, irão colaborar para a tomada de decisão dos empresários rurais quanto às mudanças nas es-

tratégias de operação”, destaca o técnico do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP Guilherme Souza Dias.

Os encontros serão realizados durante o mês de maio nos municípios de Paranavaí (14), Cornélio Procópio (15), Curitiba (16), Guarapuava (21), Pato Branco (22) e Cascavel (23). A expectativa é reunir mais de 4,5 mil pessoas, entre autoridades e servidores públicos, produtores e trabalhadores rurais, representantes e lideranças dos setores agropecuário, industriais e agroindustriais, fornecedores de insumos agropecuários, cooperativas e associações, entre outros interessados.

Além dos debates, cada fórum contará com as palestras “Saiba o que muda após a suspensão da vacina contra febre aftosa” e “Por que o Paraná deve parar de vacinar?”. A proposta dos encontros, além de apresentar os novos processos de vigilância, prevenção controle e erradicação da febre aftosa, será de ampliar a integração dos produtores rurais com a agência responsável pelo trabalho de defesa agropecuária do Estado.



Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

CSAs

Os Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs) são fundamentais neste processo de integração da cadeia produtiva. Além de serem parte das exigências do PNEFA, os CSAs têm um papel decisivo na conquista do futuro *status*, visto que são um espaço de incentivo ao debate entre os produtores rurais em torno da ampliação da segurança sanitária nas regiões onde estão instalados. A criação e manutenção dos CSAs contam com o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Novas regras

Com o fim da vacinação contra febre aftosa, os pecuaristas paranaenses precisam ficar atentos às novas orientações que serão instituídas. Uma das mudanças será a substituição das campanhas de vacinação por campanhas de atualização cadastral do rebanho, nos meses de maio e novembro. A obrigatoriedade deste processo já passa a valer em novembro deste ano e poderá ser feita pela internet ou nas Unidades Locais da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

“Nós queremos facilitar ao máximo a vida do produtor, então estamos buscando envolver sindicatos e outras entidades para dar suporte neste processo. O pecuarista precisa estar ciente da importância desse cadastro. A responsabilidade é compartilhada. O órgão público não faz nada sozinho, precisa da participação da comunidade que tem contato direto com os animais”, afirma o gerente de Saúde Animal da Adapar, Rafael Gonçalves Dias, responsável pela palestra sobre as mudanças pós-suspensão da vacina.

A retirada da vacinação, ainda, estabelece a proibição do ingresso de animais vacinados no Paraná. Também não será permitido o armazenamento de nenhuma dose de vacina contra febre aftosa em propriedades e estabelecimentos comerciais do Estado. Segundo a Adapar, o trânsito de animais, de qualquer espécie, entre o Rio Grande do Sul e demais Estados, passando pelo Paraná, continuará sendo realizado com a implantação de corredores específicos para viabilizar o fluxo. “Vamos realizar o monitoramento das rodovias e estabelecer rotas para ter controle da entrada e saída dos animais”, explica Dias. Vale lembrar que toda movimentação de animais deve ser realizada com a Guia de Trânsito Animal (GTA).

Além da apresentação destas informações, os fóruns irão reforçar o trabalho de defesa agropecuária realizado no Paraná para o alcance deste futuro *status*, e o peso positivo para o setor. “A vacinação será substituída pela intensificação da vigilância sanitária, fiscalização e controle de trânsito. A preocupação, agora, é a estruturação da defesa. Se um país consegue controlar bem isso, significa que a defesa agropecuária tem robustez”, ressalta Dias.

Visto que todos os Estados brasileiros já são reconhecidos como área livre de febre aftosa com vacinação (com exceção de Santa Catarina que é área livre sem vacinação), não haverá alteração significativa no ingresso de carne, leite e demais produtos de origem animal.

Confira as datas e locais dos fóruns regionais:

14/5 Paranavaí

13 horas
Centro de Eventos de Paranavaí
Avenida Dep. Heitor Alencar Furtado, 3260

15/5 Cornélio Procópio

13 horas
Centro de Eventos do Parque Arthur Hofig
BR 369, Km 83

16/5 Curitiba

13 horas
Auditório Mario de Mari
Avenida Comendador Franco, 1341

21/5 Guarapuava

13 horas
Unicentro / Campus Santa Cruz
Rua Salvatore Renna, 875

22/5 Pato Branco

13 horas
Sociedade Rural de Pato Branco
Rua Benjamin Borges dos Santos, 1121

23/5 Cascavel

13 horas
Anfiteatro Emir Sfair
Rua Fortunato Beber, 987



Reunião da Comissão Técnica da FAEP permitiu alinhar estratégias para 2019

Exportação de gado vivo: um mercado em potencial

Projeções apontam que demanda internacional deve aumentar em 25% nos próximos dois anos

O avanço econômico de países árabes, as projeções de crescimento da África e o aumento da demanda da China têm chamado a atenção do Brasil para uma atividade em franca expansão, apesar de ainda pouco explorada: a exportação de gado vivo. O assunto esteve na pauta da reunião da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP, no dia 16 de abril. Na ocasião, o presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Animais Vivos (Abreav), Ricardo Pereira Barbosa, apontou uma perspectiva de aumento de 25% na comercialização de gado vivo entre diversos países nos próximos anos.

Com isso, o mercado internacional de bovinos vivos, que fechou 2018 com 4,8 milhões de cabeças embarcadas, deve ul-

trapassar a casa das 6,5 milhões exportadas em 2020. “Dos 20 países que mais crescem no mundo, 12 são predominantemente muçulmanos. A África tem projeções de crescimento e a pecuária é uma das bases. A China tem sete frigoríficos em construção. É um cenário muito positivo. A demanda vai aumentar significativamente nos próximos dois anos”, avalia Barbosa.

De certa forma, por questões religiosas, essas nações optam por importar gado vivo, ao invés de comprar carcaças já abatidas. “Os países muçulmanos preferem comprar os animais e abatê-los lá, do jeito que eles quiserem, de acordo com os preceitos religiosos deles”, apontou. Mas em outros países, os motivos são variados, como falta de infraestrutura



Ricardo Barbosa, presidente da Abreav



Ronei Volpi anunciou oficialmente a última etapa da vacinação



Davi Teixeira dos Santos falou sobre pastoreio rotatínuo

de armazenamento refrigerado, menores custos de processamento e a possibilidade de aproveitamento de todas as partes dos animais – não só a carne.

No Brasil

A exportação de animais vivos ainda tem pouca representatividade na criação de bovinos do Brasil. Das 221 milhões de cabeças do plantel brasileiro, apenas 804,7 mil foram embarcadas para outros países – o equivalente a 0,36% do rebanho. Os principais compradores de gado vivo são Turquia (69%), Egito (11,3%) e Líbano (10%).

O passo a passo da exportação de gado vivo

- **Contrato** – Exportador fecha o contrato de compra e venda com o comprador - 60 dias antes do embarque;
- **Compra** – Exportador compra de criadores animais de acordo com as especificações do cliente - 50 dias antes do embarque;
- **Quarentena** – Animais permanecem em quarentena, em fazendas certificadas chamadas Estabelecimentos Pré-Embarque (EPE), de acordo com protocolos internacionais - 21 dias antes do embarque;
- **Embarque** – Animais são embarcados em navios especiais, equipados com mecanismos que garantam o bem-estar durante a viagem, como controle de temperatura - 16 a 21 dias de viagem;
- **Entrega** – Desembarque de animais no destino - 60 a 80 dias de operação completa.

Segundo a Abreav, o Brasil tem 42 Estabelecimentos Pré-Embarque (EPE), fazendas certificadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), onde os animais permanecem em quarentena, antes de serem encaminhados à exportação. Só uma dessas propriedades fica no Paraná – em Jataizinho, Norte do Estado.

Apesar disso, a associação vê um grande potencial de exportação de bovinos vivos na pecuária paranaense. Além de toda a infraestrutura já consolidada no Estado, o aspecto sanitário é um fator decisivo, principalmente com a futura conquista do *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação. Além disso, um dos cinco terminais do país autorizados a embarcar animais vivos é o Porto de Antonina.

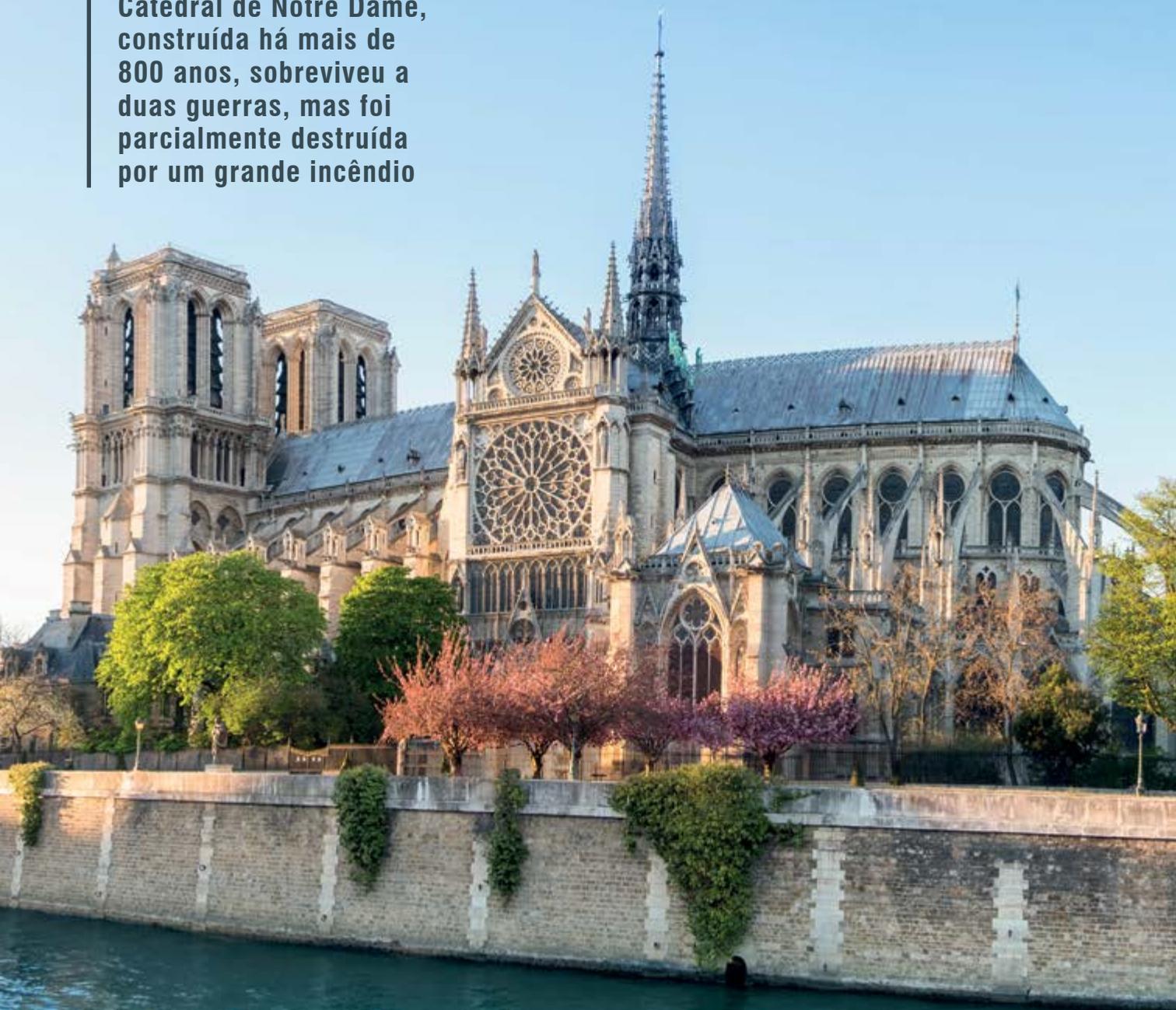
“Com o *status* de área livre de aftosa sem vacinação, o Paraná poderia mirar na Indonésia, que é outro grande mercado”, diz o presidente da Abreav. “A exportação de animais vivos é um setor em crescimento, especializado e que premia por qualidade”, acrescenta.

Comissão Técnica

A apresentação das perspectivas do mercado de exportação de gado vivo fez parte da programação da reunião da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP. Além deste tema, o encontro também contou com uma palestra sobre pastoreio rotatínuo (uma técnica para manejo de pastagens) e a atualização da programação para o Paraná ser reconhecido como área livre de aftosa sem vacinação.

UM PATRIMÔNIO AMEAÇADO

Catedral de Notre Dame, construída há mais de 800 anos, sobreviveu a duas guerras, mas foi parcialmente destruída por um grande incêndio



Alguns patrimônios da humanidade deveriam ser eternos. Na verdade, é isso que se espera quando um monumento passa pelo processo de reconhecimento. Porém, por uma questão do destino (ou falta de cuidado do ser humano), um incêndio de proporções gigantescas destruiu, no dia 15 de abril, parte significativa da Catedral de Notre Dame, localizada em Paris. Junto com a estrutura e as perdas irreparáveis, as chamas levaram centenas de anos de história. Notre Dame é considerada patrimônio mundial da humanidade desde 1991.

Construída entre 1163 e 1345 na Île de la Cité, uma pequena ilha no centro da capital francesa, a Catedral de Notre Dame é uma das catedrais góticas mais antigas do mundo. O nome significa Nossa Senhora e é dedicada à Virgem Maria.

A parte mais alta do templo é o pináculo do centro de 96 metros de altura. As duas torres laterais medem 69 metros, enquanto o teto tem uma altura de 43 metros. O comprimento total da igreja é de 128 metros por 12 metros de largura. A fachada ocidental tem uma largura de 40 metros com uma área total de 4,8 mil metros quadrados.

Em Notre Dame foram realizados importantes acontecimentos da história, como a coroação de Napoleão Bonaparte, a beatificação de Joana D'Arc, a coroação de Henrique VI, da Inglaterra, e a celebração da libertação de Paris, em 1944, com um serviço de ação de graças. Ícone de Paris, a catedral está eternizada em múltiplas obras e célebre pela mão do escritor Victor Hugo, por meio do romance adaptado para o cinema, "O Corcunda de Notre Dame".

A Catedral abriga relíquias da Paixão de Cristo, entre as quais um fragmento da coroa de espinhos com a qual Cristo teria sido coroado pelos soldados romanos. O órgão principal da Catedral é um reconhecido instrumento de Aristide Cavallé-Coll, um dos mais importantes fabricantes de órgãos do século XIX. O instrumento possui cinco teclados de 56 notas, um pedal de 32 notas, 109 jogos, 111 registros e 7.374 tubos.

O templo ainda abriga no seu interior obras-primas como "A Visitação", de Jean Vouvenet, de 1716, e "São Tomás de Aquino, Fonte da Sabedoria", de Antoine Nicolas, de 1648, entre as mais emblemáticas.

Tamanha quantidade de acontecimentos atrai mais de 13 milhões de turistas anualmente (média de 30 mil pessoas por dia). Como comparação, o Brasil recebe 6,5 milhões de turistas em um ano.

Em seus oito séculos de história, a Catedral foi reformada em várias ocasiões, sendo a mais importante em meados do século XIX. Ao longo desses anos foram substituídos os arcobotantes, incluída a rosácea sul e estátuas e as capelas reformadas, entre outras estruturadas. A Catedral passava por uma reforma de grande proporção desde julho do ano passado, que iriam durar 20 anos. O primeiro objetivo era restaurar a "agulha", a torre mais alta da catedral, construída durante uma reforma feita no século 19. A cobertura de chumbo deveria ser refeita, as esculturas de cobre (retiradas antes do incêndio) seriam restauradas e parte da estrutura em madeira seria inspecionada. Também seria restaurada a área do altar, prevista para começar em 2019, com duração de dez anos, e que incluía arcos, vitrais e esculturas.

Incêndio

Em 856 anos de história, Notre Dame permaneceu praticamente ilesa. Ameaçada pela Revolução Francesa, a catedral passou intacta por duas guerras mundiais, sem qualquer dano.

No entanto, o incêndio do dia 15 de abril causou estragos irreparáveis. O fogo, que começou na parte superior da catedral, destruiu dois terços do telhado da Notre Dame. A estrutura de madeira do telhado é considerada um "monumento dentro do monumento" dada a complexidade da construção realizada há centenas de anos. Parte dela data do século 13, e outra do século 19. Parte da abóbada caiu e a torre conhecida como "flecha" ou "agulha", com 93 metros de altura, feita com toneladas de madeira e chumbo, desabou no incêndio. A estrutura de pedra da fachada e das duas torres com campanários foram salvas.

Ainda não se sabe ao certo a dimensão das perdas e estragos. Mas é um fato que o processo de reconstrução será longo e caro. Poucas horas após o incêndio as doações para financiar os trabalhos já ultrapassavam os R\$ 3 bilhões. Ainda, o presidente francês, Emmanuel Macron, anunciou, no mesmo dia do incêndio, uma campanha nacional de arrecadação. Várias outras campanhas de arrecadação foram lançadas na internet.



Maringá se firma como ecossistema de startups

Cidade do Noroeste soma condições para ser ambiente propício a esse tipo de empreendimento, principalmente na área do agronegócio

Por Antonio C. Senkovski

O Paraná tem se consolidado como um ambiente propício ao surgimento de novas *startups*. São diversos os polos de inovação que se espalham pelo Estado e movimentam a economia com novos modelos de negócio e soluções que, via de regra, contam com muita tecnologia embarcada. A região de Maringá, no Noroeste do Estado, por exemplo, se destaca nesse contexto como um “ecossistema de *startups*” – muitas delas na área de agronegócio. O título consta em um relatório da Associação Brasileira de Startups (ABStartup), produzido de modo colaborativo e que reúne dados sobre diversos aspectos.

O documento aponta que é necessário haver uma série de instituições e mecanismos para que um ambiente se configure nessa categoria. São constituídos, basicamente, seis pilares, que abrangem os itens cultura, densidade e diversidade, capital, ambiente regulatório, talentos e acesso a mercados. Dentro desses tópicos, por exemplo, uma região com ecossistema de *startups* precisa necessariamente contar com universidades, programas de incentivo governamental, ambientes físicos, formas de financiamento, entre outros aspectos (veja gráfico na página 16).

Uma *startup* da região que demonstra o quanto é importante ter um ambiente favorável à inovação é a Farm GO, que está no mercado há cerca de quatro anos. Francis da Silva, um dos sócios-fundadores, lembra que a ideia de montar a companhia surgiu após o fracasso de um negócio tradicional na área de informática. “Estamos no Paraná, um dos maiores produtores do país. Avaliamos o mercado e vimos que uma plataforma que otimizasse a tomada de decisão era um caminho. Fomos ampliando, começamos a entrar na fase de



Incubadora Tecnológica de Maringá auxilia empreendedores de startups

monitoramento de doenças também e agora somos uma plataforma completa de agricultura digital”, comenta.

Hoje, a organização monitora mais de 2,5 mil áreas, com a geração automática de mais de 18 mil mapas, com um total de cinco colaboradores. Entre os clientes estão multinacionais do agro e grandes cooperativas do Estado. “Uma coisa que nossa ferramenta tem ajudado é na aproximação entre engenheiro agrônomo e produtor rural. Às vezes, um agrônomo atende muitas áreas e não conseguiria dar uma atenção tão detalhada a todas. Com nossa ferramenta é possível detectar uma anomalia em determinado talhão, gerar uma tarefa e solicitar ao produtor que verifique o local antes que ocorra um dano significativo”, explica Silva.

Em uma fase anterior de maturação, a *startup* Farmers busca se consolidar no mercado de consultoria de agronegócio. “A Farmers surgiu em 2015 e de lá para cá tem tido crescimento muito rápido, porque demanda foi surgindo, até pelo fato de estarmos em uma região com um agronegócio forte. Agora estamos em uma fase de alavancar a ideia sem fazer mais do mesmo das soluções que já existem. Queremos montar algo consistente, diferente do que há no mercado, que seja atrelado também à venda”, revela o fundador da empresa, Leonardo Atsushi Kami.

Para conseguir cumprir com essa missão, o executivo terá ajuda de um dos pilares que contribuem para Maringá aparecer como ecossistema de *startups*: a Incubadora Tecnológica de Maringá. O ambiente é uma organização civil sem fins lucrativos formada por meio de convênios que envolvem instituições privadas e governamentais. Com uma estrutura de



100

startups voltadas para o agronegócio estão registradas no Paraná, de acordo com a ABstartups

“Nossa ferramenta tem ajudado na aproximação entre engenheiro agrônomo e produtor rural”

*Francis da Silva,
sócio-fundador da Farm GO*

15 mil metros quadrados, hoje estão incubadas 26 empresas no local, com capacidade de ampliação para até 40.

“O interessante é que como o complexo tem várias empresas funcionando no mesmo espaço físico, elas mesmas fazem negócio entre si. Um trabalha com madeira, outro com metais, outro já automatiza o processo e por aí vai. A ideia é isso mesmo, essa troca de expertises entre as organizações que funcionam aqui dentro”, compartilha Marcelo Farid, coordenador do grupo de apoio estratégico da incubadora e professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Universidades

As universidades são apontadas pela ABstartup como ambientes-chaves na formação de ecossistemas como o de Maringá. Dentro da UEM, por exemplo, existe o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que atua na gestão da política de inovação e propriedade intelectual da instituição de ensino, responsável por receber e analisar as solicitações de proteção das tecnologias com potencial inovador desenvolvidas por seus pesquisadores, para posterior depósito junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). “Hoje, a instituição possui 14 cartas-patentes concedidas e possui ainda outros 102 pedidos de patentes que estão no INPI sendo analisados, dos quais 15 foram realizados somente em 2018. A UEM conta ainda com 30 *softwares* registrados no instituto, desses, 12 foram encaminhados em 2018”, revela o professor Angelo Marcolino Junior, chefe da divisão de propriedade intelectual do NIT.

Cultura de *startups*

Para o consultor de inovação e negócios digitais do SEBRAE-PR Nickolas Zeni Kretzmann, a cultura de querer inovar é um fator determinante para Maringá aparecer como um polo de desenvolvimento de *startups*. Ele lembra que o conceito começou a surgir em 2010 e passou por uma fase de amadurecimento até 2016, quando o volume de negócios dessa natureza cresceu substancialmente. De 2017 a 2019, Nickolas revela ter atendido 565 empresas com ideias de *startups* nas mais diversas áreas, das quais 243 viraram projetos e apenas 42 negócios de fato.

“Criar negócios hoje em dia é mais fácil, mas fazer dar certo é outra questão. Esses negócios para crescerem de forma rápida precisam de uma série de fatores”, pondera. “Mas, muitas têm promovido mudanças significativas nas estruturas tradicionais, o que exige atenção constante dos empreendedores”, aconselha.

Paraná tem mais de 600 *startups*

A ABstartups mantém uma ferramenta que reúne dados de empresas em todo o Brasil com esse perfil. Segundo a entidade, o Paraná possui registro de mais de 600 *startups* nos mais diversos municípios. No agro, são mais de 100 *startups*, nas mais diversas áreas que envolvem a atividade, como agricultura, bovinocultura, piscicultura e silvicultura, por exemplo.

Maringá: ecossistema de startups

A cidade do Noroeste é considerada pela ABstartups como um dos locais onde ocorre o que se chama de ecossistema para a consolidação desse tipo de empresa. Confira abaixo o que é preciso para que uma região tenha essa característica

● Ambiente regulatório

- Ações em direção a criar ambiente seguro e estável:
- - facilidade de abertura e fechamento de empresas
- - leis de redução de impostos
- - financiamento e apoio à inovação
- - ações de pesquisa e desenvolvimento

● Capital

- Detectável por estruturas locais de apoio financeiro:
- - investidores-anjo notáveis
- - redes ou fundos de investimento

● Acesso a mercado

- Relacionamento com grandes empresas que se relacionam com a comunidade:
- - patrocínio a eventos
- - mentorias

● Densidade e diversidade

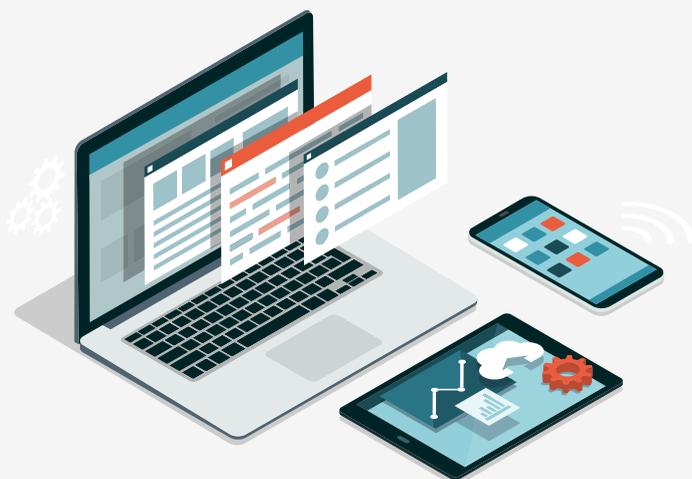
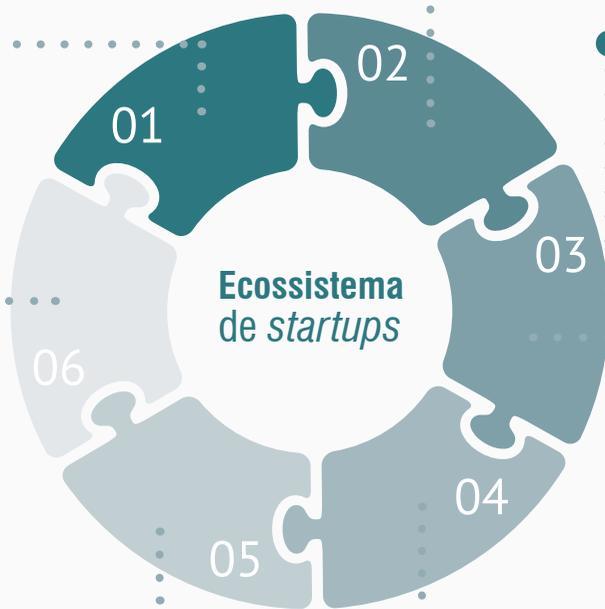
- São indícios desses fatores:
- - Presença de *hubs* (espaços) físicos
- - Locais onde as pessoas possam trocar experiências
- - Infraestrutura de suporte a empreendedores

● Talentos

- Mede-se a partir da presença de estruturas de formação:
- - Universidades
- - Escolas técnicas e instituições de ensino

● Cultura empreendedora

- É perceptível em eventos que falam sobre:
- - *startups*
- - visibilidade de cases de sucesso locais
- - meios para ensino de técnica de empreendedorismo



Perfil das Startups de Maringá

Total: 49

Fases das Startups

Ideação: 5

Operação: 9

Escalonamento: 4

Tração: 13

Outros: 18

Fonte: ABstartup

Mercado apresenta indícios de recuperação em abril

Após fechar março em queda, valores devem voltar a subir a partir do segundo trimestre

Os preços dos produtos lácteos fecharam março abaixo da média em comparação aos anos anteriores. Porém, houve um leve aumento no mês de abril. A expectativa é de que essa variação positiva continue, ainda que de forma suave, para o segundo trimestre de 2019. Esses dados e valores de referência foram apresentados durante a reunião do Conseleite-Paraná, no dia 22 de abril, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba.

Em geral, os derivados lácteos apresentaram queda no volume de comercialização em março, mas ainda acima do previsto. A indicação, a partir de abril, de uma leve alta no volume dos produtos comercializados, o que influencia na recuperação dos preços. “A queda que esperávamos na comercialização de produtos importantes de fevereiro para março ocorreu, mas foi um pouco mais suave. Alguns produtos estão apontando uma recuperação para abril, porém não tão forte”, afirma a professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Vânia Guimarães.

Houve um recuo significativo do leite *spot* comercializado devido à saída de empresas deste mercado. O creme de leite continua valorizado se comparado aos anos anteriores, apesar

da queda em abril. Em relação à balança comercial de março, houve um recuo no volume e valor de importações e leve aumento de exportações. Os preços do leite em pó estão se afastando dos piores valores no mercado internacional, mas continuam oscilando.

Os valores de referência para março fecharam em queda, puxados, principalmente, pelo leite UHT e *spot*, este último com maior queda. A esperada sazonalidade de abril indica uma alta no preço do leite entregue, mas a queda do *spot* continua. Os preços nominais dos queijos mussarela e prato se mantêm num patamar um pouco mais elevado em abril, sendo os maiores dos últimos três anos.

O Conseleite aprovou o valor de referência do leite entregue em março a ser pago em abril em R\$ 1,0841. Com projeção de alta, o valor estabelecido para o produto entregue em abril e pago em maio fechou em R\$ 1,1007. Esses valores estão sujeitos a alterações, conforme os parâmetros de qualidade da matéria-prima. O simulador para cálculo está disponível no site www.conseleite.pr.com.br.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - FEVEREIRO e MARÇO/2019

| Matéria-prima | Valores finais em fevereiro/2019 | Valores finais em março/2019 | Variação (Março - Fevereiro) | |
|--------------------------|---|---|------------------------------|--------|
| | (leite entregue em fevereiro a ser pago em março) | (leite entregue em março a ser pago em abril) | Em valor | Em % |
| Leite PADRÃO (R\$/Litro) | 1,1115 | 1,0882 | -0,0233 | -2,10% |

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - PROJETADOS PARA MARÇO E ABRIL/2019

| Matéria-prima | Valores projetados março/2019 | Valores projetados abril/2019 | Variação (Abril - Março) | |
|--------------------------|---|--|--------------------------|-------|
| | (leite entregue em março a ser pago em abril) | (leite entregue em abril a ser pago em maio) | Em valor | Em % |
| Leite PADRÃO (R\$/Litro) | 1,0841 | 1,1007 | 0,0166 | 1,53% |

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Abril de 2019 é de **R\$ 2,3765/litro.**

A Resolução 04/2019 completa está disponível do site www.conseleitepr.com.br



Produtores acreditam no aumento das exportações com a abertura do mercado russo

Ano favorável à suinocultura brasileira

Perspectivas apontam o aumento da produção e da exportação, puxados principalmente pela maior demanda internacional

A suinocultura brasileira deve encontrar um cenário favorável ao longo de 2019, em relação aos últimos anos. Impulsionada pelas previsões de aumento significativo da demanda internacional, o setor deve ter um aumento de 6% na produção. O volume das exportações, por sua vez, deve crescer em torno de 25%, chegando à casa das 900 mil toneladas embarcadas. As projeções foram apresentadas durante a reunião da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, no dia 17 de abril, na sede da entidade, em Curitiba.

A demanda internacional deve ser puxada pela China, que sente os reflexos de uma epidemia de peste suína africana. Para compensar a queda vertiginosa na produção de suínos, os chineses devem ampliar as importações do produto. Os dados ainda não são precisos, mas a estimativa do consultor Matheus Andrade, da Barral MJorge Consultoria, é de que o volume de compras externas da China aumente 40%, só entre produtos da suinocultura. “A China será o grande mercado do mundo para a carne suína”, sintetizou.

Mas não é só isso. Depois de um embargo que durou cerca de um ano, a Rússia voltou a importar carne suína brasileira, em novembro de 2018. A tendência é de que os russos mantenham o mercado aberto, o que contribuiria para o aumento das exportações do Brasil.

Desta forma, as projeções apontam que 46% da carne suína embarcada pelo Brasil tenham como destino a China (23% entrando no país por portos chineses e 23%, via Hong Kong). Já a Rússia ficaria com o equivalente a 12% dos produtos da suinocultura vendidos internacionalmente pelo Brasil.

“Além disso, países do sudeste asiático, como Coreia e Filipinas, também podem ampliar as compras de suínos bra-

sileiros a partir do segundo semestre”, projetou Andrade. “Externamente, os desdobramentos do conflito econômico entre China e Estados Unidos também podem impactar o cenário”, acrescenta.

Consumo interno

No mercado interno, a boa notícia é a melhoria na relação de troca entre suínos e milho, principal insumo da ração. Em março de 2019, um quilo de suíno vivo possibilitava a compra de 7,2 quilos de milho. Em maio do ano passado, a relação era de 5 quilos do cereal para cada quilo do animal vivo. Ou seja, houve uma redução do custo de produção, o que pode servir de estímulo para o suinocultor ampliar o plantel.

“Como há uma perspectiva de aumento da oferta de milho, isso pode reduzir o preço do insumo ao produtor de suínos. Essa melhora na relação de troca [suíno x milho] pode incentivar o incremento da produção e que, posteriormente, pode atender o mercado internacional, sobretudo o asiático”, avaliou o economista do Sistema FAEP Luiz Eliezer Ferreira.

Outros temas

Além de traçar as perspectivas para o setor, a Comissão Técnica de Suinocultura também trouxe um panorama do controle do *senecavirus* no plantel do Paraná e abordou normas de biossegurança para estabelecimentos que produzem suínos no Estado. Essas apresentações foram conduzidas por representantes da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

Avicultura do PR com boa perspectiva e novos cursos

Com redução dos custos de produção e aumento da demanda, setor tem projeção positiva, aliado a programas de capacitação

O aumento na produção de insumos (soja e milho) e da demanda do mercado internacional devem trazer perspectivas positivas à avicultura brasileira ao longo deste ano. A tendência é de que o setor intensifique o ritmo de exportações, enquanto o mercado interno também permaneça aquecido. Responsável por 36% das receitas obtidas pelo país com as vendas externas de carne de frango, o Paraná também terá novo fôlego, com novos cursos no catálogo de capacitações oferecidas pelo SENAR-PR (quadro ao lado).

As projeções de mercado foram apresentadas na reunião da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP, no 23 de abril. As previsões de aumento de produção (26,4%) e produtividade (19%) de milho safrinha no Brasil e a maior safra de grãos nos Estados Unidos representam um bom sinal ao avicultor. Paralelamente, as cotações internacionais da soja e milho vêm em queda. Tudo isso, se traduz em perspectivas de redução de custos de produção.

Segundo a assessora técnica da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) Ana Lenat, a evolução da relação de preços se apresentava em uma tendência favorável à avicultura. Em abril, o preço do frango vivo está na casa dos R\$ 4,67 por quilo, enquanto o milho vinha cotado a R\$ 37,28 por saca.

Se os custos de produção estão melhorando, tanto as demandas interna e externa devem se manter intensas. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) projeta que as exportações de carne de frango devem aumentar 2,4% em 2019. No caso do Brasil, a CNA aponta que a Ásia (com 36%) e o Oriente Médio (32%) devem ser os maiores compradores dos produtos da avicultura brasileira.

Nessa esteira, a perspectiva para o Paraná é positiva. O volume de abates do Estado aumentou 500% em 20 anos, passando das 4,3 milhões de toneladas em 2018. Só no ano passado, as vendas externas de produtos da avicultura paranaense movimentaram US\$ 2,3 bilhões. A exemplo do que ocorre em âmbito



Cursos do SENAR-PR irão dar novo fôlego ao setor

Novos cursos para impulsionar a atividade

O SENAR-PR está em vias de ampliar seu leque de cursos voltados ao desenvolvimento dos avicultores de todo o Estado. Três capacitações estão em fase de formatação, que contemplam todas as etapas do processo produtivo: “Manejo no Alojamento de Frangos de Corte”, “Manejo no Período intermediário de Frangos de Corte” e “Manejo Pré-abate de Frangos de Corte”.

As capacitações terão por objetivo aprimorar a produção a partir da adoção de técnicas de manejo, otimização da gestão da produção, qualidade e biossegurança, de acordo com as exigências dos mercados interno e externo. As novas modalidades serão voltadas a produtores rurais, trabalhadores e técnicos do setor.

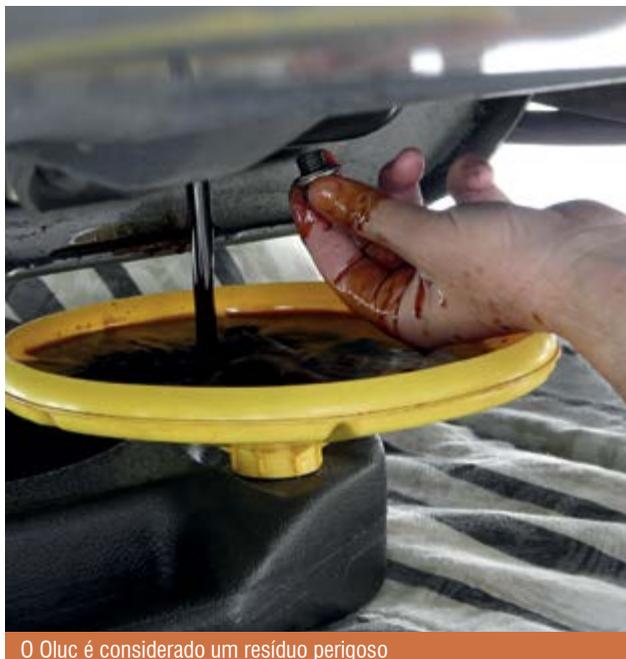
Além disso, em parceria com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e com a Embrapa Aves e Suínos, o SENAR-PR está desenvolvendo o programa “Boas Práticas na Produção de Ovos”. Em fase de avaliação, a proposta de treinamento se justifica, principalmente, pela demanda, puxada pelo aumento da produção de ovos no Paraná – que já conta com mais de 1,8 mil aviários de postura registrados e com produção superior a 292 milhões de dúzias de ovos por ano.

nacional, os principais mercados do Estado foram Ásia (32%) e Oriente Médio (30%).

“Um destino promissor para a avicultura brasileira é o México, com 133 milhões de habitantes e importação de carne de frango em torno de 640 mil toneladas anuais. Em novembro de 2018, o país habilitou 26 frigoríficos brasileiros a exportarem e, no geral, de 47 estabelecimentos habilitados para essa proteína, 17 são paranaenses”, destaca a médica veterinária do Sistema FAEP/SENAR-PR Mariana Assolari.

Óleo lubrificante usado requer descarte correto

Encaminhamento do produto deve ser feito direto nas revendas ou por meio de coletores autorizados. Multa pelo descarte no meio ambiente pode chegar a R\$ 50 milhões



O Oluc é considerado um resíduo perigoso

O óleo lubrificante utilizado em máquinas agrícolas e outros equipamentos deve ser destinado corretamente após o uso de modo a não trazer danos ao meio ambiente. Esses produtos têm grande poder poluidor, principalmente para o solo e para a água, principais patrimônios de uma propriedade rural. Desta forma, descartar o óleo usado corretamente, mais do que cumprir a lei, é cuidar do próprio patrimônio. Sem contar que aqueles que descumprirem a resolução poderão ser enquadrados na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998). A multa por descartar o óleo lubrificante usado inadequadamente pode chegar a R\$ 50 milhões.

As práticas corretas para o recolhimento, coleta e destinação final do Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (Oluc) estão previstas na Resolução 362/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O Oluc é considerado um “resíduo perigoso” pela classificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por apresentar em sua composição itens que podem causar câncer. Desta forma, após o fim da sua vida útil, o produtor rural deve recolher o Oluc de forma segura em um local acessível à coleta e em recipientes adequados e resistentes.

De acordo com a legislação, cabe ao revendedor destes produtos, recebê-los após o uso, para dar a correta destinação final. Desta forma, o produtor pode levar o produto usado às lojas onde adquiriu o óleo lubrificante, na chamada “logística reversa”. Nesta operação, o revendedor é obrigado a emitir o certificado de coleta.

A Resolução 362/2005 também prevê a figura do coletor, pessoa jurídica autorizada a realizar a coleta destes produtos diretamente nas propriedades. Quando este profissional for coletar o Oluc, o produtor deverá exigir a apresentação da autorização para esta atividade, emitida pelos órgãos responsáveis, no caso o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Importante destacar que é proibido utilizar o Oluc para queima, como combustível em fornos, olarias ou caldeiras. Também figuram como usos indevidos a lubrificação de correntes de motosserras, a pintura de mourões e o uso no combate a berne em animais no campo.

Armazenamento

Enquanto o Oluc estiver armazenado na propriedade, o produtor rural deve observar algumas práticas para minimizar os riscos de contaminação do meio ambiente. Se o local para armazenamento for ao ar livre, recomenda-se que se mantenha o produto em tambores de metal deitados sobre ripas de madeira, de modo a impedir o contato com o chão. Estes recipientes devem ser escorados com calços de madeira para evitar qualquer movimentação. Se o período armazenado for longo, deve ser feito um telhado, ou outra proteção, para proteger os tambores.

Se a armazenagem for feita em local fechado, é preciso construir um sistema de estantes de ferro ou *pallets* de madeira para facilitar o armazenamento, no caso de pequenos espaços.

Outras recomendações dizem respeito à contaminação do óleo. Não misture outros produtos, como solventes, água e outros combustíveis. Caso ocorra alguma contaminação, informe o coletor do óleo, ou ao revendedor na hora da entrega.

Vale lembrar que de acordo com a Resolução, para fins de fiscalização o produtor deve manter por cinco anos o documento comprobatório de compra do óleo lubrificante, bem como os certificados de coleta emitidos pelos revendedores.

eSocial exige adequações do produtor rural



O que é eSocial?

É o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, do governo federal que unifica o envio destas informações pelo empregador em relação aos seus empregados.

Além das questões trabalhistas e previdenciárias, o produtor rural, inclusive o produtor rural segurado especial, deverá informar sua comercialização pelo sistema eSocial.

Cronograma de implantação do sistema começou em abril

Em abril deste ano, algumas fases do eSocial, novo sistema eletrônico de registro elaborado pelo governo federal para facilitar a administração de informações relacionadas aos trabalhadores e as leis trabalhista, passou a vigorar para os produtores rurais pessoas físicas. Com a implantação do eSocial, os empregadores precisam comunicar ao governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.

Entretanto, a maior preocupação do produtor rural deverá ser quando

as exigências do eSocial tratarem das informações sobre os dados sobre Segurança e Saúde do Trabalhador (SST), previstas para julho de 2020. O não atendimento pelo empregador rural das obrigações de SST poderá resultar em multas pelos órgãos fiscalizadores, ações trabalhistas e ainda desdobramentos previdenciários.

Esse processo referente ao SST envolve desde o atendimento da Norma Regulamentadora 31 (NR-31), referente a segurança, saúde e meio ambiente do trabalho; fornecimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), relativo ao documento histórico laboral do trabalhador rural com dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica durante o período em que exerceu suas atividades; e dos programas elaborados por médico ou engenheiro do trabalho como Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

(PPRA) e o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT).

As medidas envolvendo saúde e segurança do trabalho são responsabilidade produtor rural pessoa física e mesmo produtor rural segurado especial que possua empregados, mesmo que temporário, independentemente da atividade agropecuária.

Dúvidas

Nos meses de junho e julho de 2018, a FAEP promoveu cinco turmas de uma formação sobre o eSocial, voltados para os funcionários dos Sindicatos Rurais que prestam serviços de folha de pagamento aos produtores. No total, 174 colaboradores de 133 sindicatos participaram da capacitação de 16 horas de duração divididas em dois dias de trabalho.

Assim, os produtores que precisem de mais informações e orientações devem procurar o Sindicato Rural local.

Região Noroeste irá receber incentivo para irrigação

Projeto partiu de demanda do Sindicato Rural de Paranavaí, e conta com redução do ICMS dos materiais e equipamentos



Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Dados da Agência Nacional de Águas (ANA) apontam que o Brasil está entre os 10 países com maior área equipada para irrigação no mundo. Apesar dessa constatação, o número de áreas irrigadas no Paraná ainda é reduzido. Em geral, o Estado não apresenta problemas críticos de deficiência hídrica. Porém, os fatores climáticos que levaram a mais de 30% de quebra da soja na safra de verão em algumas regiões foram motivo de preocupação entre os produtores rurais.

No município de Paranavaí, na região Noroeste, lideranças e agricultores, que também sofreram com perdas nas lavouras da oleaginosa, desenvolveram uma proposta de incentivo à irrigação. O material foi apresentado ao vice-governador, Darci Piana, e ao secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, durante a ExpoParanavaí, realizada no mês de março. A iniciativa conta com o apoio do governo estadual, que organizou uma equipe técnica na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab) para avançar com o projeto.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Paranavaí e vice-presidente da FAEP, Ivo Pierin Júnior, o projeto voltado para a região Noroeste irá contribuir significativamente para a melhoria da produção agropecuária. “Nosso clima é favorável, mas temos muitos problemas com os veranicos [período de estiagem acompanhado por calor intenso em estação chuvosa]. Neste ano, a seca atingiu todo o Estado, mas nessa região é mais

frequente. Nós temos condições de melhorar a produção e a irrigação será um avanço muito importante”, observa.

Uma das determinações já garantidas ao projeto é a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos materiais e equipamentos para irrigação. Porém, o objetivo é buscar ainda mais suporte e incentivo à produção irrigada, como, por exemplo, linhas de crédito especial. “Queremos aplicar tecnologias e preparar técnicos especializados para oferecer assistência aos produtores”, reforça Pierin.

Para dar continuidade ao projeto, os produtores paranavaenses apontaram o município paulista de Paranapanema como exemplo, devido aos resultados de destaque com a agricultura irrigada e, ainda, por terem se consolidado como a segunda maior região irrigada do país. Desta forma, uma visita técnica foi realizada em uma cooperativa local, a Holambra II, para coletar informações e levantar dados sobre o sistema de irrigação adotado (leia mais no quadro na próxima página).

Potencial produtivo

Algumas propriedades em Paranavaí já estão fazendo uso da irrigação e a expectativa é que o apoio do governo estadual traga benefícios para a produção agropecuária da região. “As propriedades que implantaram a irrigação estão em fase ex-

“Temos condições de melhorar a produção e a irrigação será um avanço muito importante”

Ivo Pierin Júnior, presidente do Sindicato Rural de Paranavaí



perimental, as áreas ainda não estão totalmente adequadas. Quando o solo estiver corrigido e mais preparado, com certeza essa produtividade irá aumentar”, aponta Pierin.

A irrigação irá beneficiar, principalmente, a produção de mandioca e laranja, duas culturas que se destacam em Paranavaí e frequentemente enfrentam problemas da falta de chuvas. “O plantio da mandioca, muitas vezes, acaba sendo atrasado por conta da seca. Isso atrasa a colheita, o que faz parar as indústrias e gera um prejuízo para todo o setor”, explica o diretor do Centro Tecnológico da Mandioca (CETEM), Cláodemir Grolli, que também esteve presente na visita a Paranapanema.

Segundo Grolli, a laranja e a soja também passam por momentos críticos devido à estiagem que atinge a região. “Vamos abrir as possibilidades para outras culturas. É uma tecnologia complementar que iremos usar conforme as possibilidades para aumentar e diversificar a produção”, observa. “Tivemos uma propriedade em Amaporá [município da região Noroeste próximo a Paranavaí] com um volume muito satisfatório de produção de soja irrigada, cerca de 67 sacas por hectare”, complementa Pierin.

Além das lavouras, a irrigação irá contribuir para a melhoria de pastagens, ampliando a capacidade de lotação. Os benefícios também aparecem no valor da propriedade rural, podendo haver um aumento de até 30%. “É um investimento alto, que gira em torno dos R\$ 10 mil por hectare só em equipamentos”, relata Grolli.

Três safras

é o que chegam a colher alguns produtores de Paranapanema que utilizam irrigação

Produção e sustentabilidade

O sistema de irrigação implantado em Paranapanema, além de alavancar a produção agrícola, promove a recuperação e transformação do meio ambiente. As técnicas utilizadas permitem a correção e melhoria do solo, controle da erosão e aumento da biodiversidade.

A irrigação é mantida por açudes que captam a água da chuva e fazem o escoamento para toda a região por meio de pivôs centrais. A capacidade total de armazenamento de água chega a 1,5 milhão de m³. “A estrutura possui condições de resistência, vazão e irrigação para todo o Vale do Paranapanema. Tem um açude que foi reconstruído para suportar uma chuva de 300 milímetros em toda a área”, conta Ivo Pierin, presidente do Sindicato Rural de Paranavaí, que participou da delegação que visitou o município paulista e conheceu o modelo de sucesso a ser seguido pelo Noroeste paranaense. As características de clima e topografia do Sudoeste paulista em muito se assemelham ao Arenito Caiuá à região Noroeste do Paraná.

A água armazenada também é utilizada para a manutenção do corpo hídrico dos rios, riachos e nascentes durante o período de estiagem e, principalmente, para a reposição da água do solo, o que contribui para a recuperação e conservação ambiental da região.

Com isso, as condições para a agricultura foram melhoradas de tal maneira, que os produtores de Paranapanema, atualmente, chegam a colher três safras por ano. “Uma das propriedades que visitamos teve colheita de trigo em setembro, soja em janeiro e irá colher milho agora em junho”, menciona Pierin.

Nova doença à vista

Estria bacteriana do milho já está presente na região Oeste do Paraná

Os produtores de milho, principalmente aqueles localizados na região Oeste do Estado, têm um novo inimigo à vista. A estria bacteriana do milho, doença causada pela bactéria *Xanthomonas vasculorum* pv. *vasculorum*, foi identificada oficialmente pela primeira vez no Paraná em 2018. Porém, relatos de produtores e técnicos indicam a presença desde 2017.

Esse ano, a doença já ocorreu na primeira e na segunda safras do grão. De acordo com o pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) Rui Pereira Leite, produtores e técnicos da região Oeste do Paraná relataram que a bactéria está mais severa e ocorrendo em maiores áreas. “Como é uma doença recente, não temos muitas informações. Mas alguns estudos apontam que pode reduzir até 50% a produção em alguns híbridos de milho”, aponta.

A transmissão da bactéria ocorre de diversas formas. “Quando infecta a planta, a bactéria causa lesões nas folhas, e quando ocorre a exsudação vem para fora da planta. Desta forma, as partículas podem ser carregadas pelo vento, ou, quando chove, as gotículas de água carregam a bactéria para outras partes da planta e para outras plantas”, explica o pesquisador do Iapar.

O agente da doença foi registrado pela primeira vez na África do Sul em 1949, mas, recentemente, houve manifestações da enfermidade em lavouras dos Estados Unidos e da vizinha Argentina. “Ainda não se sabe, com certeza, de onde veio a doença que está ocorrendo no Paraná. Mas em 2017 a bactéria foi registrada em várias províncias da Argentina, e em 2016 constatada nos Estados Unidos, onde foi relatado que houve danos severos no Meio-Oeste americano, principalmente em áreas com milho irrigado”, observa Leite.

Segundo o pesquisador, em áreas onde o problema já ocorreu, a bactéria pode sobreviver em restos de plantas. “Então, onde se faz milho após milho numa área que já teve a doença, existe um grande risco de as plantas serem infectadas logo que comecem a crescer”, observa.

Os sintomas da doença incluem formação de pequenas pontuações (entre dois e três milímetros) nas folhas, que posteriormente evoluem para lesões alongadas e estreitas, circundadas por uma mancha amarelada. Ainda, as bordas das lesões são onduladas, o que diferencia esta doença de sintomas semelhantes causados pela cercosporiose, uma doença fúngica.

Prevenção

De acordo com o pesquisador do Iapar, diversos cuidados devem ser adotados para manter a estria bacteriana do milho o mais longe possível. A utilização de sementes de boa qualidade e procedência comprovada é a primeira, uma vez que existem indícios de que a doença pode ser transmitida pelas sementes. A utilização de híbridos mais resistentes também é recomendada. Leite também ressalta incorporar os restos de cultura ao solo e fazer a rotação de cultura.

“Mas não com plantas que sejam suscetíveis [à doença]. Estamos fazendo estudos para verificar se plantas forrageiras podem ser hospedeiras. Já sabemos que pode ocorrer em aveia e arroz, mas não em leguminosas, como a soja, por exemplo”, explica.

Para mais informações, o Iapar disponibiliza em seu site (www.iapar.br) o Informe da Pesquisa nº 160, datado de outubro de 2018, voltado à estria bacteriana do milho.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 02 - SAFRA 2019/20

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 24 de abril de 2019, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em Fevereiro de 2019 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2019/20, que passam a vigorar a partir de 1º de março de 2019.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de abril de 2019, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM ABRIL DE 2019 - SAFRA 2019/20 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

| Produtos | Mês | | Acumulado | |
|-------------------------|--------|----------|-----------|----------|
| | Mix | Preço | Mix | Preço |
| AMI | 0,75% | 47,65 | 0,75% | 47,65 |
| AME | 27,94% | 49,19 | 27,94% | 49,19 |
| EAC - ME | 0,89% | 2.145,59 | 0,89% | 2.145,59 |
| EAC - MI | 16,49% | 2.015,83 | 16,49% | 2.015,83 |
| EA - of | 0,00% | - | 0,00% | - |
| EHC - ME | 0,00% | - | 0,00% | - |
| EHC - MI | 53,28% | 1.745,37 | 53,28% | 1.745,37 |
| EH - of | 0,65% | 1.742,07 | 0,65% | 1.742,07 |
| obs: EAC - ME + MI + of | 17,38% | 2.022,50 | 17,38% | 2.022,50 |
| EHC - ME + MI + of | 53,93% | 1.745,33 | 53,93% | 1.745,33 |

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

| Produtos | Mês | | Acumulado | |
|-------------------------|--------|---------------|-----------|---------------|
| | Mix | Preço | Mix | Preço |
| AMI | 0,75% | 0,5403 | 0,75% | 0,5403 |
| AME | 27,94% | 0,5600 | 27,94% | 0,5600 |
| EAC - ME | 0,89% | 0,7549 | 0,89% | 0,7549 |
| EAC - MI | 16,49% | 0,7092 | 16,49% | 0,7092 |
| EA - of | 0,00% | - | 0,00% | - |
| EHC - ME | 0,00% | - | 0,00% | - |
| EHC - MI | 53,28% | 0,6409 | 53,28% | 0,6409 |
| EH - of | 0,65% | 0,6396 | 0,65% | 0,6396 |
| Média | | 0,6298 | | 0,6298 |
| obs: EAC - ME + MI + of | 17,38% | 0,7116 | 17,38% | 0,7116 |
| EHC - ME + MI + of | 53,93% | 0,6408 | 53,93% | 0,6408 |

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2019/20 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

| Produtos | Mix | Média |
|----------|--------|----------|
| AMI | 0,05% | 47,65 |
| AME | 39,34% | 52,33 |
| EAC - ME | 0,06% | 2.145,59 |
| EAC - MI | 19,61% | 1.743,68 |
| EA - of | 0,00% | - |
| EHC - ME | 0,00% | - |
| EHC - MI | 40,90% | 1.560,43 |
| EH - of | 0,04% | 1.742,07 |

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

| Produtos | Mix | Média |
|--------------|--------|---------------|
| AMI | 0,05% | 0,5403 |
| AME | 39,34% | 0,5957 |
| EAC - ME | 0,06% | 0,7549 |
| EAC - MI | 19,61% | 0,6135 |
| EA - of | 0,00% | - |
| EHC - ME | 0,00% | - |
| EHC - MI | 40,90% | 0,5729 |
| EH - of | 0,04% | 0,6396 |
| Média | | 0,5900 |

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

| | CAMPO | ESTEIRA |
|--------------|--------------|--------------|
| PREÇO BÁSICO | 64,43 | 71,96 |
| PIS/COFINS | - | - |
| TOTAL | 64,43 | 71,96 |

Maringá, 24 de abril de 2019

DAGOBERTO DELMAR PINTO / Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Vice-presidente

50 anos de luta sindical



Cinco décadas de trabalho em prol dos produtores rurais é uma marca digna de comemoração. Neste ano, alguns Sindicatos Rurais comemoraram 50 anos de existência, contribuindo diretamente para o desenvolvimento dos seus municípios. Em cada ocasião, para marcar a data, a FAEP entregou um quadro comemorativo ao Jubileu de Ouro.



Sindicato Rural de Medianeira



Sindicato Rural de Teixeira Soares



Sindicato Rural de Campo do Tenente



Sindicato Rural de Cândido de Abreu



Sindicato Rural de Jaguariaíva



Sindicato Rural de Maria Helena



Sindicato Rural de São José dos Pinhais



Sindicato Rural de Grandes Rios



ANDIRÁ

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA

O Sindicato Rural de Andirá e o Colégio Durval Ramos Filho promoveram o curso "Programa de Inclusão Digital - Introdução à Informática", entre os dias 19 e 30 de novembro de 2018. O instrutor Guilherme Tavares Vasconcelos treinou nove alunos.



UBIRATÃ

ARMAZENAMENTO DE GRÃOS

O Sindicato Rural de Ubitatã, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e as cooperativas Coagru e Integrada promoveram o curso "Armazenista - Armazenamento de Grãos", entre os dias 11 e 15 de março. O instrutor Flavio Luis Bueno Heming treinou oito pessoas.



CAMPINA DA LAGOA

PRIMEIROS SOCORROS

Nos dias 14 e 15 de fevereiro, um grupo de 10 pessoas participou do curso "Trabalhador na Segurança no Trabalho - Primeiros Socorros", organizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa. O instrutor do curso foi Fernando Jodas Gonçalves.



NOVA LONDRINA

CONDUTORES DE VEÍCULOS

Uma turma de 24 alunos participou do curso "Condutores de Veículos - Cargas Indivisíveis", realizado pelo Sindicato Rural de Nova Londrina. As aulas foram ministradas pelo instrutor Gentil Telles de Preença, entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março.



PALOTINA

MANUTENÇÃO DE COLHEDORAS

Nos dias 8 e 9 de março, a instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski ministrou o curso "Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes" para 12 alunos. O evento foi organizado pelo Sindicato Rural de Palotina, UFPR Palotina e Equagril.



SANTA MARIANA

TRABALHADOR NA EQUIDECULTURA

Entre os dias 25 e 28 de fevereiro, o Sindicato Rural de Santa Mariana promoveu o curso "Trabalhador na Equideocultura - Casqueamento e Ferrageamento". Um grupo de nove alunos teve aula com o instrutor Eder Ribeiro da Rosa.



JURANDA

ARMAZENAMENTO DE GRÃOS

O instrutor Flavio Luis Bueno Heming ministrou o curso "Armazenista - Armazenamento de Grãos", entre os dias 18 e 22 de março, para oito alunos. A capacitação foi organizada pelo Sindicato Rural de Juranda e a Agro Rural Insumos Agrícolas.



ASSIS CHATEAUBRIAND

CLASSIFICADOR DE GRÃOS

Entre os dias 19 e 21 de março aconteceu o curso "Classificador de Grãos - Milho, Soja e Trigo", no CTA Assis. A instrutora Ivonete Teixeira Rasêra treinou 13 pessoas.

VIA RÁPIDA

Múmias argentinas

Encontradas em 1999, no alto do vulcão argentino Lullillaco, na cidade de Salta, as três crianças mumificadas pertenciam a civilização Inca, que ali viveu há 500 anos. Cientistas as consideram as múmias mais bem preservadas do mundo, porque os seus órgãos internos estão intactos e puderam até identificar suas últimas refeições. Isso porque o clima frio colaborou com a preservação dos corpos.



Ponte Dragão

A cidade de Da Nang, no Vietnã, construiu uma ponte em formato de dragão em comemoração ao aniversário de independência do país. Na cultura dos nativos, o dragão representa o universo, além de, segundo a história, o povo ser descendente do ser mitológico. Para as autoridades locais, o melhor jeito de homenagear o ícone foi com um monumento de grande visibilidade. Detalhe: ele cospe fogo!



Borboletas vampiras?

Fato estudado pelos biólogos é que as borboletas bebem sangue, inclusive o de humanos, se tiverem a oportunidade. Mas calma que elas não são peçonhentas e nem vão atacar para sugar o seu sangue! Como se sabe, elas precisam de glicose, sódio e outros nutrientes essenciais para preservação de suas vidas. O sangue é uma fonte muito rica dessas substâncias.



Estrelas das cavernas

A *Arachnocampa luminosa* é uma espécie de vagalume que vive em cavernas na Nova Zelândia. O inseto emite luz desde o seu estado larval. Seu primeiro registro foi em 1871 e desde então atrai o olhar de curiosos, pois proporciona uma bela imagem que simula um céu noturno estrelado dentro das cavernas.





Nuvens

Elas podem assumir os mais variados formatos e deixar o céu enfeitado e inclusive tomar o formato tubular, verdadeiros “túneis no céu”. Esse fenômeno só acontece quando uma tempestade deixa o ar quente mais úmido mais próximo de uma frente fria.

Aerogel

O aerogel é um material composto pelo gel extraído da sílica, de aparência translúcida. Apesar do nome, o produto é tão rígido que pode aguentar até 4 mil vezes o seu próprio peso, resistente ao calor e absorve a umidade, sendo 39 vezes mais isolante que fibras de vidros. Por conta disso, é muito utilizado em sacos de dormir e calçados para a neve.



Frutos explosivos

A assacu é uma árvore de origem americana cujos frutos, que se assemelham com pequenas abóboras, quando amadurecem, explodem. Simples assim! Por esse motivo, a planta ganhou o apelido carinhoso de “árvore-dinamite”. A explosão pode lançar suas sementes a uma distância de 100 metros, o que aumenta as suas chances de reprodução. Ainda, o fruto é altamente tóxico.



UMA SIMPLES FOTO

Faxineira do banco

A faxineira que trabalhava em uma agência bancária, conversa, descontente, com o seu gerente:

- Eu estou me demitindo! O senhor não confia em mim!

O gerente, espantado, diz:

- Mas como assim? A senhora trabalha aqui há vinte anos, eu até deixo as chaves do cofre em cima da minha mesa!

E a mulher responde aos prantos:

- Eu sei! Mas nenhuma delas funciona!



VOCÊ QUER FAZER PARTE DO QUADRO DE INSTRUTORES DO SENAR-PR?

A entidade está com edital aberto na área de **bovinocultura leiteira**.

Confira o edital completo no site www.sistemafaep.org.br

SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável